

Metas para o próximo ano estão fixadas

22 NOV 1984

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Economia Política e governo

A sorte da economia nos primeiros três meses do futuro governo Tancredo Neves está praticamente definida, pelo menos aquilo que depender do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da atual administração: na reunião de ontem no Palácio do Planalto resolveu-se estabelecer metas globais para todo o próximo ano e metas específicas para o primeiro semestre, com tetos de desempenho, a serem cumpridos entre janeiro e março, cuja avaliação será feita em abril ou maio.

Os ministros conseguiram descartar a pretensão inicial da missão do FMI, que queria arrochar mais os gastos governamentais e aumentar a arrecadação de modo a garantir um superávit operacional (sem correções monetária e cambial) nas contas públicas de aproximadamente Cr\$ 40 trilhões em 1985, correspondendo a cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) que ultrapassará Cr\$ 1 quadrilhão. Até a negociação gira em torno da promessa de um superávit operacional de Cr\$ 15 trilhões, ou 1,5% do PIB.

Além do modesto crescimento econômico — em torno de 3% — e da redução da inflação de 220% este ano para 120% em 1985, quando a taxa média ficaria em 150%, as metas globais para todo o ano incluem a manutenção do atual aperto monetário, com hipóteses de expansão da oferta de crédito e moeda entre os 70% propostos pelo Governo e 50% pretendidos pelos técnicos do FMI. Para este ano, a meta de 95% já foi abandonada, prevendo-se uma expansão monetária entre 120% e 135%, em consequência do próximo saneamento dos bancos estaduais.

DEFICIT

O centro do "programa de ajustamento" que o Governo está acertando com o FMI, para cumprimento quase todo na próxima administração, continua sendo os gastos públicos: o manejo deste "critério de desempenho" depende apenas

dos volumes de receita e gastos do setor público. Para dezembro de 1984, a promessa do FMI era fechar o total das necessidades de financiamento do setor público, para cobrir as despesas sem contrapartida na receita fiscal, no máximo em Cr\$ 68,7 trilhões, correspondentes a 17,6% do PIB então avaliado em Cr\$ 380 trilhões (com inflação de 209% e crescimento real de 1%).

Este teto será superado, como já se sabe, por causa da maior inflação e também porque o crescimento da economia brasileira deverá ficar acima do esperado — e com isso o PIB deste ano iria para cerca de Cr\$ 400 trilhões, abrindo margem no déficit público para se chegar até Cr\$ 70 trilhões. O problema agora, nas negociações entre a missão e o Governo, é fixar a meta de redução do déficit público para o próximo ano: o FMI não admite aumento no percentual de 17,6% do PIB, preferindo reduzi-lo para cerca de 15%, limitando o total de crédito que o Governo poderá tomar em torno de Cr\$ 72 trilhões em 1985, incluindo as correções monetária e cambial.

Descontando esta correção o FMI quer ver o superávit das contas públicas passando do percentual de 0,5% do PIB fixado para 1984 — o que já exigiu um enorme esforço fiscal, para aumentar a receita de impostos sem elevar os gastos dos órgãos públicos. Se prevalecer, a tese dos ministros da área econômica, de prometer "apenas" um superávit operacional igual de 1,5% do PIB, o próximo governo teria que chegar ao final do ano de 1985 com uma "reserva interna de caixa" da ordem de Cr\$ 15 trilhões — o que exigirá transferências do orçamento fiscal, para cobertura de gastos públicos e formação de saldo positivo, superiores a Cr\$ 10 trilhões.

CRITÉRIOS

Estas grandes variáveis, entretanto, estarão de alguma forma na próxima Carta de Intenções apenas como referência

para o ano inteiro, já que os "critérios de desempenho" — que precisam ser cumpridos para manter o acordo sem problemas — serão explicitados apenas para o primeiro semestre, de acordo com informações do chefe da missão, Thomas Reichmann. Quanto ao período janeiro/março, sobre o qual o atual Governo terá a responsabilidade de cumprir as metas a serem cheçadas em abril e maio, a tendência é estimar uma inflação francamente em queda, de modo que não se ultrapasse o nível de aproximadamente 20% de crescimento no Índice Geral de Preços (IGP).

A ser mantida esta proposta do FMI, que pretende ver a "reforma bancária" e as eleições de 15 de janeiro funcionando como elementos de redução da expectativa inflacionária, o País chegaria ao fim do primeiro trimestre com o PIB de quase Cr\$ 500 trilhões. Assim, o déficit público nominal não poderia ultrapassar cerca de Cr\$ 75 trilhões e o superávit operacional das contas públicas teria que atingir entre Cr\$ 5 trilhões — se for apenas 1% do PIB — e Cr\$ 7,5 trilhões, se a meta for 1,5% do PIB.

Todas estas projeções ainda são preliminares, mas o importante é o espírito da coisa: se for seguir o "programa de ajustamento" que está em discussão no momento, o próximo Governo não terá qualquer margem de liberdade para aumentar a oferta de crédito e moeda de modo a reestimar a produção e baixar os juros, ao mesmo tempo que será obrigado a pressionar a arrecadação e cortar ainda mais os gastos públicos com investimento e custeio. Isso sem falar em outros compromissos que herdará da atual administração, como a promessa ao FMI de manter a paridade entre inflação, correção monetária e inflação, de modo a garantir exportações crescentes para gerar divisas necessárias ao pagamento de US\$ 12,5 bilhões de juros aos bancos credores.